

DESINFORMAÇÃO DIGITAL NAS ELEIÇÕES 2024

Autor(res)

Cintia Batista Pereira
Gilson Felix Dos Santos
Stace Liz Carneiro
Kannandha Nunes Costa
Luciana Calado Pena

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

Ramo de direito público, o direito eleitoral regula, "com efeito", toda a extensão dos deveres políticos, organização e o funcionamento do processo eleitoral.

Assim sendo, o direito eleitoral brasileiro do ano de 2022, vislumbrou no centro de um debate fervescente o crescimento da desinformação digital, necessitando de um maior engajamento dos órgãos públicos competentes na análise das atualizações tecnológicas digitais.

Insta salientar, o mundo eleitoral ilícito, se fortalece a cada instante utilizando de inteligência artificial o seu fortalecimento no direcionamento individual, contudo, sem devidas punições, levaram afronta da democracia do Brasil, interferindo na decisão do eleitor.

Assim sendo, o direito eleitoral de 2024 nas eleições municipais, corrobora a importância dos centros integrados de enfrentamento desta catástrofe ao bem estar eleitoral.

Objetivo

Talvez estejamos em um momento crucial na defesa dos direitos do cidadão, ressalta-se a importância da manutenção na proteção tecnológica dos eleitores.

Visto que, as eleições municipais 2024 será à manutenção dos pilares construídos em 2022 no combate a desinformação, protegendo os eleitores vulneráveis às possíveis violações intelectuais, com punição as deepfakes e responsabilizando big techs.

Material e Métodos

Sobre a égide o principio do acesso à informação, foram utilizados artigos e legislação. Todavia, foi importantíssimo o conseqüente lógico à que foi fornecido na realização do 3º Simpósio da Faculdade Anhanguera, na cidade de Ribeirão das Neves Minas Gerais, com o tema "Desafios das Eleições 2024", corroborando a expertise das palavras.

Todavia, o risco eminente da possível deliberação assoberbada de atos ilícitos, faz o protetor do direito eleitoral a sua certeza no combate e atenção, declarando guerra à possíveis propagações de desinformações.

Resultados e Discussão

Indubitavelmente, os dados fornecidos em pesquisas sobre a presença impactante das fake news nas eleições, intitularam pessoas a mercier da politica, que contribuiram em manifestações nos institutos de pesquisa.

Entretanto, de forma assombrosa os resultados foram impactantes, apresentando um montante de 81% dos entrevistados com entendimento de serem prejudiciais as fake News nas eleições, influenciando na decisão do voto e, sendo 72% os que já presenciaram desinformação em meios digitais.

Conclusão

A guisa de conclusão, verifica-se a importância das autoridades competentes no controle de atos ilícitos nas eleições, resta claro, a interferência das fake News nos votos eleitorais, assim sendo a importância da manutenção dos primórdios iniciados em 2022, marco fundamental na guerra contra a desinformação.

Referências

[https://www.sympla.com.br/evento/iii-simposio-de-direito-eleitoral-em-ribeirao-das-neves/2560961
referrer=www.google.com](https://www.sympla.com.br/evento/iii-simposio-de-direito-eleitoral-em-ribeirao-das-neves/2560961?referrer=www.google.com)

[https://npd.uem.br/eventos/assets/uploads/files/evt/29/trabalhos/Resumo%20Expandido%20-%20Diego%20C%20Veronezzi%20\(Fake%20News\).pdf](https://npd.uem.br/eventos/assets/uploads/files/evt/29/trabalhos/Resumo%20Expandido%20-%20Diego%20C%20Veronezzi%20(Fake%20News).pdf)

<https://www.conjur.com.br/2024-set-14/o-direito-de-resposta/>

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/08/23/para-brasileiros-noticias-falsas-impactam-eleicoes-revela-datasenado>

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm

<https://www.tse.jus.br/legislacao/legislacao-compilada-1/legislacao-planalto>